

Fim das receitas ilegíveis

Carlos Carone

A cena é comum dentro das farmácias espalhadas pelo Distrito Federal. Um balconista tenta decifrar a receita médica, que acaba passando de mão em mão. Sem descobrir o nome exato do medicamento prescrito, o paciente precisa retornar mais uma vez ao consultório. Mas o tempo das palavras ilegíveis que constam nos receituários estão com os dias contados. O governador José Roberto Arruda acaba de sancionar uma lei que obriga hospitais públicos e particulares a informatizar a emissão das receitas. O prazo para a implantação do sistema é de 90 dias.

Além dos consumidores, que se sentem prejudicados em perder tanto tempo entre idas e vindas aos consultórios e farmácias, balconistas e farmacêuticos também comemoraram a nova Lei 944/08. O problema é tão grave, que alguns estabelecimentos chegam a registrar a recusa de 90% das receitas relacionadas a medicamentos de uso controlado.

Segundo o farmacêutico Elmar Ferreira Rodovalho Júnior, que trabalha em uma farmácia da Quadra 102 Sul, quando algum balconista não entende o nome do remédio prescrito, a ordem é que o receituário não seja aceito. "Essa é uma situação perigosa, já que existem remédios de tarja preta que possuem o nome muito parecido", contou.

O farmacêutico lembrou a tragédia que pode se tornar o fato de um paciente tomar um remédio por engano. "Seria desastroso se, por exemplo, um consumidor tomasse o remédio errado em razão de o funcionário da farmácia ter se confundido sobre o nome escrito na receita", explicou.

Trabalhando há 23 anos no balcão de uma farmácia, o atendente Osmedito Vieira, 37 anos, contou que é comum a confusão no estabelecimento quando ninguém entende o que está escrito no receituário. "A gente pergunta para um, para outro e, quando a coisa está feia, preferimos não arriscar", contou, reforçando que a lei irá agilizar inclusive os atendimentos. "Com um documento impresso, ficará seguro e mais rápido vender o medicamento correto", opinou.

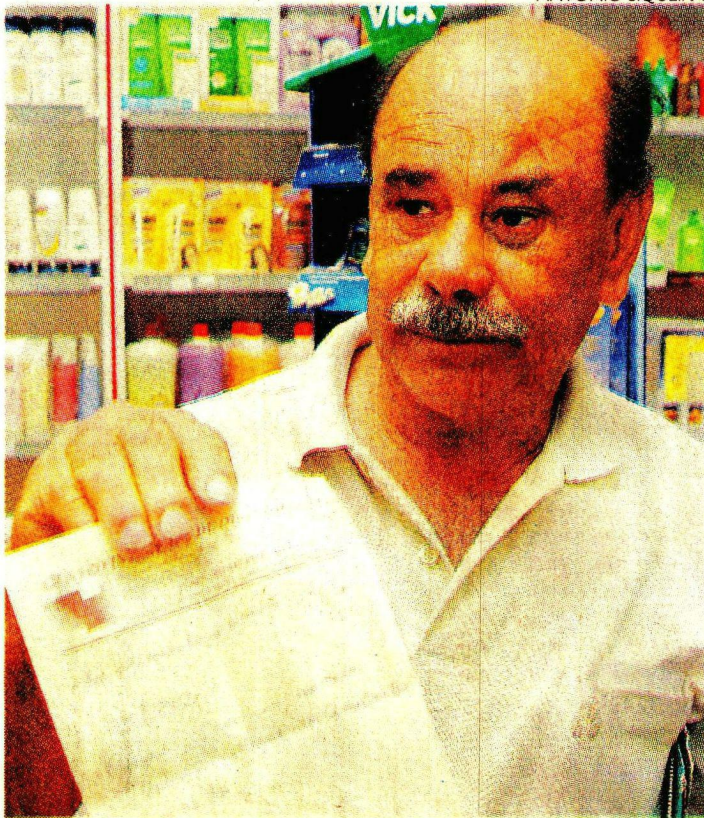
■ Concordância

Em várias farmácias da cidade, a sanção da lei tem sido assunto entre quem está comprando algum tipo de remédio. "Tem receita que você pega e só vê uns rabiscos. Não dá pra entender nada. Muitas pessoas ficam com vergonha de reclamar com o médico. Eu falo na mesma hora que quero o nome do remédio escrito em letra de fôrma", afirmou o aposentado José Marcolino de Oliveira.

Outros consumidores, já de idade mais avançada, e que comprem remédios com frequência, sentiram na pele a dificuldade que é entender os garranchos escritos nas receitas. Muitas pessoas idosas costumam perder tempo e dinheiro, percorrendo diversas vezes o caminho entre consultórios médicos e farmácias. "É um absurdo o que acontece há anos e ninguém faz nada. Espero que com essa lei, os médicos passem a imprimir as receitas. Já tive que voltar várias vezes ao consultório por causa de problemas como esse", disse.

O presidente do Sindicato dos Médicos do DF, o cirurgião Cezar de Araújo Galvão, apoiou a decisão do governo em sancionar a lei. "Temos que trabalhar para melhorar no que for possível a qualidade de vida do paciente", concordou.

ANTÔNIO SIQUEIRA



■ JOSÉ MARCOLINO NÃO ACEITA RABISCOS QUE NÃO ENTENDE